

Corredor Logística e Infraestrutura S.A. e Controlada

Relatório sobre a Revisão de
Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas para o
Trimestre Findo em 30 de Setembro de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de novembro de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023			30/09/2024	31/12/2023		
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	176.764	80.634	494.588	327.421	Fornecedores	12.1	2.981	4.417	18.229	21.336
Contas a Receber	4	11.667	3.543	31.489	27.811	Debêntures	16	30.737	16.679	153.364	50.477
Estoques	5	2.769	2.657	7.763	10.093	Obrigações trabalhistas	14	8.248	7.951	30.161	28.744
Tributos a recuperar	7	10.450	10.024	26.919	35.266	Obrigações tributárias	14	7.556	1.514	20.007	21.814
Partes relacionadas	6	5.484	31.150	20.735	17.371	Passivo de arrendamento	13	12.803	12.905	41.542	29.343
Outros créditos		1.438	1.584	6.197	5.014	Partes relacionadas	6	175	-	54.770	187.860
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		208.572	129.592	587.691	422.976	Dividendos a pagar	6	-	-	-	5.500
						Ações preferenciais resgatáveis e conversíveis	18	54.550	1.876	54.550	1.876
						Outras contas a pagar	12.2	10.279	7.210	23.208	22.298
						TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		127.329	52.552	395.831	369.248
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Estoques	5	-	-	5.809	5.445	Debêntures	16	405.134	404.337	1.377.471	1.366.457
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	9.076	11.911	104.071	102.257	Ações preferenciais resgatáveis e conversíveis	18	507.374	505.782	507.374	505.782
Ativo indenizatório	2.7	-	-	48.823	57.613	Passivo de arrendamento	13	83.201	81.256	241.187	163.613
Depósitos judiciais	17	-	-	3.546	3.890	Partes relacionadas	6	2.890	2.640	2.890	2.640
Propriedades para investimentos		972	972	972	972	Provisão para riscos	17	696	-	52.823	60.917
Investimentos	8	613.121	436.921	63	63	Outras contas a pagar	12.2	2.466	6.059	2.466	6.059
Imobilizado	10	215.495	220.523	725.421	766.350						
Direito de uso	9	71.835	72.038	248.988	164.521	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.001.761	1.000.074	2.184.211	2.105.468
Intangível	11	426.553	451.417	1.424.456	1.508.489	Total do Passivo Circulante e Não Circulante		1.129.090	1.052.626	2.580.042	2.474.716
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.337.052	1.193.782	2.562.149	2.609.600						
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19				
						Capital social		210.822	210.822	210.822	210.822
						Reserva de capital		239.304	93.031	239.304	93.031
						Reservas de lucros		4.367	6.911	4.367	6.911
						Ajuste acumulado de conversão		100.604	100.445	100.604	100.445
						Prejuízos acumulados		(138.563)	(140.461)	(138.563)	(140.461)
								416.534	270.748	416.534	270.748
						Participação de não Controladores		-	-	153.264	287.112
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		416.534	270.748	569.798	557.860
TOTAL ATIVO		1.545.624	1.323.374	3.149.840	3.032.576	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.545.624	1.323.374	3.149.840	3.032.576

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Receita operacional líquida	22	62.042	164.798	56.846	148.403	261.606	706.271	248.991	644.054
Custo dos serviços prestados	23	(25.464)	(67.977)	(22.829)	(64.856)	(107.380)	(292.111)	(96.876)	(273.454)
LUCRO BRUTO		36.578	96.821	34.017	83.547	154.226	414.160	152.115	370.600
Receitas (despesas) operacionais:									
Despesas gerais e administrativas	23	(7.411)	(19.554)	(7.858)	(38.246)	(18.359)	(67.111)	(5.607)	(47.539)
Resultado Equivalência Patrimonial	8	21.040	29.926	26.358	(15.849)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	23	(893)	(644)	(27)	(966)	(25.509)	(85.219)	(28.753)	(109.256)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		49.314	106.549	52.490	28.486	110.358	261.830	117.755	213.805
Receitas Financeiras	24	3.576	8.153	6.035	13.510	9.416	26.990	26.992	61.587
Despesas Financeiras	24	(32.140)	(108.422)	(37.360)	(134.132)	(74.859)	(229.323)	(74.510)	(253.225)
Variações cambiais, líquidas	24	205	2.756	752	(400)	2.381	6.684	1.861	(1.516)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(28.359)	(97.513)	(30.573)	(121.022)	(63.062)	(195.649)	(45.657)	(193.154)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		20.955	9.036	21.917	(92.536)	47.296	66.181	72.098	20.651
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(3.941)	(6.846)	1.969	1.969	(19.968)	(54.500)	(22.208)	(71.489)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	(1.205)	(2.836)	406	1.453	(6.260)	98	(20.804)	(14.529)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		15.809	(646)	24.292	(89.114)	21.068	11.779	29.086	(65.367)
Atribuível a									
Participação dos acionistas da Companhia		15.809	(646)	24.292	(89.114)	15.809	(646)	24.292	(89.114)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	5.259	12.425	4.794	23.747
Lucro (prejuízo) básico por ação (expresso em R\$ por ação)	20	0,10	(0,00)	0,10	(0,36)				
Lucro (prejuízo) básico diluído por ação (expresso em R\$ por ação)	20	0,09	(0,00)	0,10	(0,36)				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico por lote de mil ações apresentado em reais - R\$)

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Lucro (Prejuízo) do período	15.809	(646)	24.292	(89.114)	21.068	11.779	29.086	(65.367)
Lucro (prejuízo) abrangente do período	15.809	(646)	24.292	(89.114)	21.068	11.779	29.086	(65.367)
ATRIBUÍVEL À								
Participação dos acionistas da controladora	15.809	(646)	24.292	(89.114)	15.809	(646)	24.292	(89.114)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	5.259	12.425	4.794	23.747
Total	15.809	(646)	24.292	(89.114)	21.068	11.779	29.086	(65.367)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Atribuído à participação dos controladores						Participação dos acionistas não controladores	Total	
	Capital social	Reservas de Capital		Reserva de lucros	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados			Total
		Capital	Transações entre acionistas	Reserva de incentivos fiscais					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	210.822	473.031	-	6.911	100.445	(98.333)	692.876	384.138	1.077.014
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	-	(89.114)	(89.114)	23.747	(65.367)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2023	210.822	473.031	-	6.911	100.445	(187.447)	603.762	407.885	1.011.647
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	210.822	93.031	-	6.911	100.445	(140.461)	270.748	287.112	557.860
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	-	(646)	(646)	12.425	11.779
Transações entre acionistas advindo da incorporação	-	-	146.273	-	-	-	146.273	(146.273)	-
Reclassificação reserva de subvenção do lucro de exploração	-	-	-	(2.544)	-	2.544	-	-	-
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	159	-	159	-	159
EM 30 DE SETEMBRO DE 2024	210.822	93.031	146.273	4.367	100.604	(138.563)	416.534	153.264	569.798

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do período		9.036	(92.536)	66.181	20.651
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	23	37.359	37.643	159.714	158.785
Encargos financeiros reconhecidos no resultado, líquidos	24	104.956	128.910	220.388	243.303
Provisão para riscos, líquido	17	696	-	696	(6.756)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(29.926)	15.849	-	-
Atualização de saldo a pagar em combinação de negócios		-	-	-	22.124
Provisão para perdas de crédito esperadas		-	-	8.855	5
Outros		159	-	757	-
		<u>122.280</u>	<u>89.866</u>	<u>456.591</u>	<u>438.112</u>
Redução (aumento) em ativos:					
Contas a receber de clientes	4	(5.252)	4.704	2.919	2.293
Estoques	5	(112)	(871)	1.966	(253)
Impostos a recuperar	7	(426)	(2.933)	7.116	(20.322)
Partes relacionadas ativo	6	4.484	(1.524)	23.371	(21.464)
Depósitos judiciais		-	-	344	-
Outros ativos circulantes e não circulantes		144	1.775	(4.484)	842
Aumento (redução) em passivos:					
Fornecedores	12.1	(1.436)	(3.282)	(3.107)	(8.097)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	14	5.173	7.701	11.432	44.053
Pagamento de contingências		-	-	-	5.741
Partes relacionadas	6	425	3.808	425	4.456
Outros passivos circulantes e não circulantes		(524)	(8.270)	(6.596)	(17.187)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>124.756</u>	<u>90.974</u>	<u>489.977</u>	<u>428.174</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.680)	(506)	(59.494)	(138.399)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>119.076</u>	<u>90.468</u>	<u>430.483</u>	<u>289.775</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições no ativo imobilizado e intangível	10 e 11	(2.973)	(2.963)	(21.245)	(26.295)
Valor pago em combinação de negócio, líquido de caixa adquirido		-	-	(168.855)	-
Recebimento de dividendos de controlada	6	21.182	-	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>18.209</u>	<u>(2.963)</u>	<u>(190.100)</u>	<u>(26.295)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de juros sobre debentures	16	(30.412)	(28.238)	(36.574)	(28.238)
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	13	(2.448)	(1.428)	(8.011)	(3.310)
Juros pagos de passivo de arrendamento	13	(8.295)	(6.858)	(23.132)	(17.730)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		-	-	(5.499)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(41.155)</u>	<u>(96.524)</u>	<u>(73.216)</u>	<u>(109.278)</u>
Variação líquida em caixa e equivalente de caixa		<u>96.130</u>	<u>(9.019)</u>	<u>167.167</u>	<u>154.202</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		80.634	135.534	327.421	563.847
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		176.764	126.515	494.588	718.049
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>96.130</u>	<u>(9.019)</u>	<u>167.167</u>	<u>154.202</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023
Receitas	174.165	157.761	769.325	694.047
Vendas de produtos e serviços	173.902	157.537	768.697	693.534
Outras receitas operacionais	263	224	628	518
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	-	-	-	(5)
Insumos adquiridos de terceiros	(34.410)	(35.405)	(154.622)	(147.816)
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(19.101)	(4.029)	(110.292)	(38.109)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(15.309)	(31.376)	(44.330)	(109.707)
Valor adicionado bruto	139.755	122.356	614.703	546.231
Depreciações e amortizações	(37.359)	(37.643)	(159.714)	(158.785)
Valor adicionado produzido pela Entidade	102.396	84.713	454.989	387.446
Valor adicionado recebido em transferência	43.344	(2.750)	45.600	55.498
Resultado de equivalência patrimonial	29.926	(15.849)	-	-
Receitas financeiras	13.418	13.099	45.600	55.498
Valor adicionado total a distribuir	145.740	81.963	500.589	442.944
Distribuição do valor adicionado	145.740	81.963	500.589	442.944
Pessoal	12.570	20.022	99.778	92.791
Remuneração direta	8.260	13.827	81.843	67.270
Benefícios	3.498	5.712	8.667	22.252
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	812	483	9.268	3.269
Impostos, taxas e contribuições	22.330	8.395	130.045	148.117
Federais	15.327	2.063	90.794	117.856
Estaduais	112	7	482	67
Municipais	6.891	6.325	38.769	30.194
Remuneração de capitais de terceiros	111.486	142.660	258.987	267.403
Juros	110.507	134.124	240.930	250.664
Aluguéis	970	8.532	9.215	(4.731)
Outros	9	4	8.842	21.470
Remuneração de capitais próprios	(646)	(89.114)	11.779	(65.367)
Prejuízos do exercício	(646)	(89.114)	(646)	(89.114)
Participação dos acionista não controladores	-	-	12.425	23.747

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
REFERENTE AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado)

1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

1.1. Contexto operacional

A Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“Companhia” ou “CLI”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, SP, constituída em 21 de outubro de 2011.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras Companhias, a exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários; serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral; serviços auxiliares ao transporte de carga em geral (logística de transporte ou agente de transportadoras); agenciamento marítimo e operador portuário; serviços de depósito; logística de depósito; consultoria de transportes em geral; polo de transbordo rodoviário e ferroviário; armazenamento de cereais e correlatos e serviços correlatos.

Concessão do Terminal de Grãos do Maranhão

A Companhia possui 25% de participação do Consórcio Tegram-Itaqui (“Consórcio”), que tem sua sede localizada na Avenida dos Portugueses, 100, Área Comum - Terminal de Grãos do Maranhão, em São Luís, no Estado do Maranhão.

O Consórcio foi constituído em 4 de maio de 2012, tendo como objetivo executar todas as obras de construção das áreas comuns do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, objeto de arrendamento conforme Concorrência Pública nº 01/11 - EMAP. Uma vez construído, também tem como objetivo gerir, operar e prover a manutenção dessas áreas, conforme previsto em Edital de Licitação.

O Consórcio não possui personalidade jurídica e não deverá constituir personalidade jurídica distinta das consorciadas. O objeto do Consórcio será exercido durante o prazo de duração dos contratos de arrendamento dos lotes, que é de 25 anos, encerrando-se em 3 de maio de 2037, de acordo com o Edital de Licitação.

Encerrado o prazo do Consórcio, será de responsabilidade das consorciadas promover a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades. Parte do Consórcio no Porto de Itaqui, no Maranhão, a CLI opera um dos maiores terminais de grãos do país. Sendo o único operador independente sem nenhum vínculo com qualquer trading ou operador rodo ou ferroviário no Porto de Itaqui.

Concessão do terminal portuário de Santos

A Companhia, através de sua controlada direta CLI Sul S.A (“CLI Sul”), detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, cuja abrangência e término encerra-se em março de 2036. A CLI Sul é prestadora de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities e oferece uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

Os contratos de concessão serão extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente (União) todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

Incorporação da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”) pela CLI Sul

Em 30 de abril de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária das controladas CLI Sul e EPSA, foi deliberada a incorporação da EPSA pela CLI Sul. Com isso, a EPSA foi extinta nessa data, passando todos os bens, direitos e obrigações para a CLI Sul, sua sucessora.

A incorporação visa a simplificação da estrutura societária da Companhia e, com isso, ganho de benefícios organizacionais, econômicos e financeiros para os acionistas e, ao mesmo tempo, permite a realocação de ativos e passivos com maior eficiência.

A relação de troca de ações de emissão da EPSA por ações ordinárias de emissão da CLI Sul foi de 1 ação da EPSA para 3,068 ações da CLI Sul (108.750.125 novas ações), que foram atribuídas à nova acionista Rumo S.A., representando 20% de ações de emissão da CLI Sul. Diante disso, a participação da Companhia em sua controlada direta reduziu de 100% para 80%.

Em consonância com a incorporação, nessa mesma data foi pago a Rumo S.A. o montante de R\$168.855, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

Aditivo ao contrato de arrendamento da controlada direta, CLI Sul

Em 30 de abril de 2024, foi concluída a assinatura do aditivo ao contrato de arrendamento celebrado entre a União e a CLI Sul para utilização do espaço portuário nos termos da concessão. O aditivo teve por objeto a formalização da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de arrendamento por meio de novos investimentos estimados em R\$564.000, a serem realizados no prazo máximo de 5 anos, bem como de alteração nos valores pagos a título de arrendamento fixo e variável. Além das mudanças acima, o aditivo formalizou a transferência do contrato de arrendamento da EPSA para a CLI Sul.

Em decorrência desse aditivo e da correção dos valores de arrendamentos fixos e variáveis, o passivo de arrendamento e o direito de uso foram remensurados e registrados (vide nota explicativa nº 14 e nº 10).

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024 foram elaboradas de acordo com a Deliberação CVM 673 de 20 de outubro de 2011, que aprova o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 “Interim Financial Reporting” emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (equivalente à IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa 2.5 para maiores detalhes.

2.3. Bases de Consolidação

a) Investimento em controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações financeiras intermediárias individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As informações financeiras das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em “resultado de equivalência patrimonial”.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em “outros resultados abrangentes”.

b) Investimento em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas informações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

Um investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

Abaixo é apresentada a relação de controladas diretas e indiretas da Companhia, bem como o investimento em coligada, em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Participação direta:		
CLI SUL S.A.	80%	100%
Participação indireta:		
Elevações Portuárias S.A.	-	80%
Participação em coligada:		
Tegram Operações Portuárias S.A. ("TOP S.A.")	25%	25%

Conforme nota explicativa nº 1, a EPSA foi incorporada pela CLI Sul em 30 de abril de 2024, tendo sido emitidas novas ações da CLI Sul à Rumo em troca da participação da Rumo na EPSA.

c) Participação de não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas, localizada no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, geram e consomem recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(i) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

(ii) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia e sua controlada revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e sua subsidiária calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48 (equivalente à IFRS 9).

(iv) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais que são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para “demurrage”, estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresentamos os principais custos portuários incorridos pela Companhia e suas controladas:

- Provisão para “demurrage”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.

- Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.
- “Laytime” (Estadia de navio): Para alguns contratos da EPSA, o terminal Elevações Portuárias possui a responsabilidade quanto ao “laytime” (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

(v) Provisão para riscos

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

(vi) Arrendamento

A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nessa estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o “rating” de crédito).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição de caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	21.004	14.086	48.177	23.931
Aplicações financeiras	<u>155.760</u>	<u>66.548</u>	<u>446.411</u>	<u>303.490</u>
Total	<u>176.764</u>	<u>80.634</u>	<u>494.588</u>	<u>327.421</u>

As aplicações financeiras se referem a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 99,94% do CDI em 30 de setembro de 2024 (92,79% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

4. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cientes estrangeiros	6.045	2.813	23.974	9.497
Cientes nacionais	5.345	518	8.346	19.210
Cientes Consórcio Tegram	277	212	277	212
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	-	-	(1.108)	(1.108)
Total	<u>11.667</u>	<u>3.543</u>	<u>31.489</u>	<u>27.811</u>

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de créditos esperadas. A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo Inicial do Período	(1.108)	-
Adição	-	(1.108)
Saldo Final do Período	<u>(1.108)</u>	<u>(1.108)</u>

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia e suas controladas mantêm as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Créditos a vencer	7.341	3.526	15.456	19.144
Créditos vencidos até 30 dias	4.326	-	4.326	5.934
Créditos vencidos de 31 a 60 dias	-	-	7.845	463
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	-	-	1.930	1.471
Créditos vencidos acima de 361 dias	-	17	3.040	1.907
Total	<u>11.667</u>	<u>3.543</u>	<u>32.597</u>	<u>28.919</u>

5. ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Peças e acessórios	2.713	2.657	10.180	12.417
Combustíveis e lubrificantes		-	643	740
Almoxarifado e outros	56	-	2.749	2.381
Total	2.769	2.657	13.572	15.538
Circulante	2.769	2.657	7.763	10.093
Não circulante	-	-	5.809	5.445

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$6.140 em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Não houve movimentação na provisão referente aos nove meses findo em 30 de setembro de 2024, assim como no exercício de 2023.

6. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui transações com partes relacionadas conforme apresentamos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes:				
Elevações Portuárias S.A. (vi)	-	9.968	-	-
CLI Sul S.A.	5.484	21.182	-	-
Raízen Energia S.A. e controladas (v)	-	-	10.153	9.077
Rumo S.A. (ii)	-	-	10.582	8.294
Total ativo circulante	5.484	31.150	20.735	17.371
Passivo circulante:				
Fornecedores:				
Consórcio Tegram-Itaqui (iv)	175	-	175	-
Rumo S.A. (i) e (iii)	-	-	22.359	185.014
Raízen Energia S.A. e controladas (v)	-	-	32.226	6.352
Outros	-	-	10	1.994
Total Passivo circulante	175	-	54.770	193.360
Passivo não circulante:				
Fornecedores:				
Outros	2.890	2.640	2.890	2.640
Total Passivo não circulante	2.890	2.640	2.890	2.640

- (i) Os antigos controladores da EPSA tinham o direito ao recebimento desse montante condicionado a realização de incorporação societária. O montante de R\$168.855 foi liquidado em 29 de abril de 2024 (R\$160.000 em 31 de dezembro). O efeito da atualização foi registrado na demonstração de resultado em outras despesas operacionais. Este valor corresponde a 20% do valor líquido entre a dívida e o caixa existente na data da liquidação. A Companhia considerou, nos termos do CPC 15 (R1) Combinação de negócios (IFRS 3), como contraprestação contingente pelo seu valor justo na data da aquisição o montante de R\$123.693, reconhecida como parte da combinação de negócios.

- (ii) Os saldos de contas a receber, no ativo circulante, referem-se a rateios de despesas administrativas entre a controlada CLI Sul e Rumo S.A. com preços e condições determinados entre as partes, bem como saldo a receber de “demurrage”, sendo que esse montante é compensado com saldos a pagar de mesma natureza com terceiros.
- (iii) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem a locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes, e saldo de R\$10.824 a ser reembolsado à Rumo (vide nota explicativa nº 7).
- (iv) Trata-se de despesas do Consórcio ainda não liquidadas.
- (v) O saldo de contas a receber, no ativo circulante, referem-se a transações comerciais entre a CLI Sul e a Raízen S.A., saldo está parcialmente compensados com provisões de “demurrage” a serem pagas para a Raízen.
- (vi) O saldo de contas a receber, no ativo circulante, se referem à rateios corporativos de serviços compartilhados com a EPSA (em 31 de dezembro de 2023) e com a CLI Sul (em 30 de setembro de 2024).

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, que poderiam ser diferentes se fossem negociadas com terceiros. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Transações com partes relacionadas

	Consolidado	
	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Receita operacional líquida:		
Raízen Energia S.A. e controladas (i)	90.531	90.360
Rumo S.A. (iii)	9.321	16.227
Outros	63	3.200
	<u>99.915</u>	<u>109.787</u>

	Consolidado	
	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Compras de produtos / insumos:		
Logisport Armazéns Gerais S.A. (ii)	(9.991)	(8.928)
Rumo S.A.	(4.073)	(2.159)
Outros	(491)	(1.044)
	<u>(14.555)</u>	<u>(12.131)</u>

- (i) A prestação de serviços ao exercício findo em 30 de setembro de 2024 para a Raízen Energia e a Raízen S.A. se refere à armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado (empresas grupo Rumo).

- (ii) A prestação de serviços ao período findo em 30 de setembro de 2024 e 2023 junto à Logisport Armazéns Gerais S.A. se refere à locação de espaço para armazenagem, de acordo com o contrato entre as partes (empresas grupo Rumo).
- (iii) A prestação de serviço ao período findo em 30 de setembro de 2024 e 2023 junto à Rumo S.A. se refere à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo).

b) Remuneração da Administração

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Salários e bônus	1.111	4.536	4.829	4.536
Total	1.111	4.536	4.829	4.536

Pagamentos baseados em ações

A CLI oferece incentivos de longo prazo para altos executivos responsáveis pela implementação de sua estratégia de longo prazo.

Aprovação do Plano de Pagamentos Baseado em Ações

Em 29 de setembro de 2022 a Companhia aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano”) da Companhia limitado a 5% do número de ações da Companhia. O plano deu direito aos diretores estatutários de adquirir ações de emissão da Companhia. De acordo com este programa, as opções podem ser exercidas pelo valor justo das ações na data da outorga, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O Conselho de Administração será o responsável pela administração do Plano.

O plano tem por objetivo permitir a outorga de opção de compra de ações aos diretores estatutários da Companhia, devidamente discutidos e selecionados previamente pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair, motivar e manter vinculados à Companhia executivos de alta performance e estratégicos para o desenvolvimento do seu objeto social; (ii) alinhar os interesses dos diretores estatutários com os dos acionistas da Companhia, incentivando o comprometimento, o engajamento e o senso de participação no negócio explorado pela Companhia; (iii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos traçados pela Companhia; e (iv) Oferecer aos diretores estatutários uma possibilidade adicional de compartilhar a performance e o sucesso da Companhia.

A aprovação dos efetivos participantes e do número de opções a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração. O Exercício da Opção de Compra pelo Participante não está sujeito ao atingimento de meta individual do Participante nem de metas globais da Companhia, mas sim pela permanência do vínculo do diretor com a Companhia, sendo que a condição de aquisição (“vesting”) é de 20% por ano sobre a quantidade de opções recebidas na data da outorga; e a condição de exercício pela ocorrência de um Evento de Liquidez.

Os eventos de liquidez que impactam o exercício da opção de ações estão descritos a seguir:

1. consumação de uma oferta pública secundária de ações da Companhia ou alienação, direta ou indireta, de pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) da sua participação acionária dos acionistas atuais.

2. realização de uma transação primária e/ou secundária, pública ou privada, por meio da qual os Acionistas Originais da Companhia reduzam a sua participação em 40% (quarenta por cento) ou mais da sua participação.
3. alienação, direta ou indireta, pelos Acionistas do controle societário da Companhia desde que haja troca efetiva do controle indireto.

No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do participante, as opções de compra que não tenham sido adquiridas até a data de desligamento, observados os períodos de exercício da opção, serão automaticamente extintas.

Até 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, foram outorgadas 3.219 mil opções de compra de ações, cujo valor justo na data da outorga é de R\$4,22 por opção, de modo que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram adicionadas 247 novas opções de compra.

A despesa é registrada da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

O valor justo do pagamento baseado em ações foi preparado com base em uma abordagem de mercado e está baseado em uma transação de compra e venda das ações da Companhia em termos de mercado.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
PIS	379	279	1.439	1.333
COFINS	1.439	1.065	6.203	5.805
IRPJ/CSLL (1)	8.615	8.656	18.863	28.104
Outros	17	24	414	24
Total	10.450	10.024	26.919	35.266

- 1) Em 2018, a subsidiária, EPSA, sucedida pela CLI Sul após incorporação (vide nota explicativa nº 1), entrou com liminar contra a decisão da Receita Federal Brasileira que proibiu a compensação de débitos oriundos de imposto de renda e contribuição social por estimativa. Essa liminar foi derrubada em 2023, com isso, a controlada efetuou pagamento de R\$12.850 em 2023, sendo que R\$10.824 registrado no consolidado poderá ser objeto de compensação ou restituição.

O montante pago foi integralmente desembolsado pela Rumo S.A. e uma vez que a Companhia compense ou restitua deverá devolvê-lo, ante o posto, a CLI Sul mantém as informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

8. INVESTIMENTOS

Composição dos investimentos

Nome da Investida Tipo de investimento % Participação	TOP S.A.	
	Investimento em Coligada	
	25%	
	30/09/2024	31/12/2023
Total do ativo	2.550	2.143
Total do passivo	2.300	1.893
Patrimônio líquido	250	250
Valor do investimento	63	63

Nome da controlada Tipo de investimento	CLI Sul S.A. (i)	
	Investimentos em controlada direta	
	30/09/2024	31/12/2023
Número de ações (mil)	435.001	435.001
Tipo de ações	Ordinárias	
% Participação	80%	100%
	30/09/2024	31/12/2023
Total do ativo	2.222.758	2.177.208
Total do passivo	1.456.436	1.453.238
Patrimônio líquido atribuído à participação dos controladores	613.058	436.858
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores (i)	153.264	287.112
Lucro do período atribuído à participação dos controladores	29.926	37.166
Valor do investimento	613.058	436.858

Movimentação dos saldos

	TOP S.A.	CLI SUL	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	63	785.873	785.936
Equivalência patrimonial	-	37.166	37.166
Redução de capital social de investida	-	(365.000)	(365.000)
Dividendos declarados e não pagos (ii)	-	(21.181)	(21.181)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	63	436.858	436.921
Equivalência patrimonial	-	29.926	29.926
Redução de participação no capital social da investida (i)	-	146.273	146.273
Saldo em 30 de setembro de 2024	63	613.057	613.121

(i) A CLI Sul possuía 80% (oitenta por cento) das ações da EPSA em 31 de dezembro de 2023. Conforme nota explicativa nº 1 e nº 2.6, a EPSA foi incorporada pela CLI Sul em 30 de abril de 2024. Decorrente disso, a participação da Companhia na CLI Sul reduziu de 100% para 80%, tendo sido atribuído para a Rumo a emissão de 108.750.125 novas ações, equivalentes a 20% do capital social da CLI Sul, procedendo em um resultado entre transações de acionistas de R\$146.275, registrado no patrimônio líquido da Companhia.

- (ii) Os dividendos foram pagos em março de 2024. Para fins de fluxo de caixa, conforme prática contábil da Companhia, esse montante foi apresentado em atividade de investimentos.

9. DIREITO DE USO

	Controladoria		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Concessão				
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	71.376	71.421	71.376	71.421
CLI Sul S.A.	-	-	177.153	92.483
Outros	459	617	459	617
Total	71.835	72.038	248.988	164.521

Movimentação do direito de uso da controladora

	Vida útil em anos	Controladora				Saldo contábil 30/09/2024
		Saldo contábil 31/12/2023	Adição	Remensuração (nota explicativa nº 13)	Depreciação	
Concessão - Maranhão	15	71.421	-	4.268	(4.313)	71.376
Outros		617	-	23	(181)	459
Total		72.038	-	4.291	(4.494)	71.835

	Vida útil em anos	Controladora				Saldo contábil 31/12/2023
		Saldo contábil 31/12/2022	Adição	Remensuração (nota explicativa nº 13)	Depreciação	
Concessão - Maranhão	15	72.068	-	4.812	(5.459)	71.421
Outros		-	716	-	(99)	617
Total		72.068	716	4.812	(5.558)	72.038

Movimentação do direito de uso do consolidado

	Vida útil em anos	Consolidado				Saldo contábil 30/09/2024
		Saldo contábil 31/12/2023	Adição	Remensuração (nota explicativa nº 13)	Depreciação	
Concessão – Maranhão	15	71.421	-	4.268	(4.313)	71.376
Concessão – Santos	14	92.483	-	93.684	(9.014)	177.153
Outros	2	617	-	23	(181)	459
Total		164.521	-	97.975	(13.508)	248.988

	Vida útil em anos	Consolidado				Saldo contábil 31/12/2023
		Saldo contábil 31/12/2022	Adição	Remensuração (nota explicativa nº 13)	Depreciação	
Concessão – Maranhão	15	72.068	-	4.812	(5.459)	71.421
Concessão - Santos	14	94.169	-	5.830	(7.516)	92.483
Outros	2	-	716	-	(99)	617
Total		166.237	716	10.642	(13.074)	164.521

10. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Terrenos, edifícios e benfeitorias	-	-	193.506	206.128
Móveis e utensílios	172	264	1.331	838
Computadores e periféricos	311	523	311	523
Máquinas, equipamentos e instalações	215.012	219.736	528.030	545.381
Obras em andamento	-	-	2.243	13.480
Total	215.495	220.523	725.421	766.350

Movimentação do ativo imobilizado da controladora

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	240	384	226.469	227.093
Adições	48	256	4.488	4.792
Depreciação no exercício	(24)	(115)	(11.221)	(11.360)
Baixas	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	264	523	219.736	220.523
Adições	27	31	2.915	2.973
Depreciação no período	(20)	(66)	(7.915)	(8.001)
Transferências	(99)	(177)	276	-
Saldo em 30 de setembro de 2024	172	311	215.012	215.495

Movimentação do ativo imobilizado consolidado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	189.580	1.109	384	40.506	552.739	784.318
Adições	-	48	256	-	4.488	4.792
Depreciação no exercício	(2.191)	(392)	(115)	-	(45.730)	(48.428)
Baixas	-	(75)	(2)	(4.016)	-	(4.093)
Transferências	18.739	148	-	(23.010)	33.884	29.761
Saldo em 31 de dezembro de 2023	206.128	838	523	13.480	545.381	766.350
Adições	-	645	31	3.149	10.583	14.408
Depreciação no período	(12.622)	(202)	(66)	-	(42.596)	(55.486)
Transferências	-	50	(177)	(14.386)	14.662	149
Saldo em 30 de setembro de 2024	193.506	1.331	311	2.243	528.030	725.421

Em 30 de setembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 não há bens dados em garantia. A Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados para o período findo em 30 de setembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o exercício corrente é a seguinte:

	<u>Vida útil</u>
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Computadores e periféricos	1 - 5 anos
Edifícios e benfeitorias	20 - 25 anos
Máquinas e equipamentos	10 - 15 anos
Instalações	30 anos

11. INTANGÍVEL

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Licença de operação	426.553	451.417	1.411.069	1.499.624
Outros	-	-	13.387	8.865
	<u>426.553</u>	<u>451.417</u>	<u>1.424.456</u>	<u>1.508.489</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
	<u>Licença de operação</u>	<u>Total</u>	<u>Licença de operação</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	484.809	484.809	1.662.765	8.865	1.671.630
Adições	-	-	19.479	-	19.479
Amortização no exercício	(33.392)	(33.392)	(115.849)	-	(115.849)
Transferências	-	-	(29.761)	-	(29.761)
Baixas	-	-	(37.010)	-	(37.010)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>451.417</u>	<u>451.417</u>	<u>1.499.624</u>	<u>8.865</u>	<u>1.508.489</u>
Adições	-	-	-	6.837	6.837
Amortização no período	(24.864)	(24.864)	(88.555)	(2.166)	(90.721)
Transferências	-	-	-	(149)	(149)
Saldo em 30 de setembro de 2024	<u>426.553</u>	<u>426.553</u>	<u>1.411.069</u>	<u>13.387</u>	<u>1.424.456</u>

Baixas em 2023

Refere-se substancialmente a baixa do projeto da cobertura do cais, o qual conclui-se pela sua inviabilidade.

Licença de operação

Controladora

Refere-se ao lance inicial do contrato de concessão da Companhia no Tegram-Itaqui, bem como a mais valia do Contrato de Concessão, identificado em combinações de negócio.

Consolidado

Refere-se a ativo Intangível relacionado a mais valia do Contratos de Concessão, identificado em combinações de negócio quando da aquisição da EPSA pela CLI SUL. Tal montante será amortizado até 2037 de acordo com a vida útil do contrato de concessão detidos pela EPSA.

Os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de Amortização - % (Consolidado)
Licença de operação (CLI S.A. - Tegram) e bens de concessão	4,38%
Licença de operação (CLI Sul) e bens de concessão	3,70%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Em 30 de setembro de 2024 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

12.1. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	2.981	4.417	17.450	18.401
Outros	-	-	779	2.935
Total fornecedores	<u>2.981</u>	<u>4.417</u>	<u>18.229</u>	<u>21.336</u>

12.2. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Assunção de dívida (a)	8.218	13.045	8.218	13.045
Provisão de "demurrage"	-	-	-	367
Provisão de estadia	-	-	2.780	3.515
Provisões diversas	1.520	-	7.520	-
Adiantamento de clientes	17	-	3.918	4.051
Outros valores a pagar	2.990	224	3.238	7.379
Total Outras contas a pagar	<u>1.2745</u>	<u>13.269</u>	<u>25.674</u>	<u>28.357</u>
Circulante	10.279	7.210	23.208	22.298
Não circulante	2.466	6.059	2.466	6.059

- (a) Em 23 de dezembro de 2020 a Companhia teve seu controle societário alterado, deixando de fazer parte do Grupo Cantagalo e passando a ser uma das investidas de veículos geridos pela IG4 Capital. Conforme contrato entre as partes a Corredor Logística e Infraestrutura assumiu em 2020 dívidas de sua antiga Controladora após a conclusão da operação. Conforme instrumento de assunção de dívida, o pagamento da dívida foi dividido em 5 (cinco) anos, correspondendo a 4 (quatro) janelas por ano iniciando no primeiro semestre de 2021 até 2024 e 3 (três) janelas no decorrer de 2025.

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, à época da transação, a taxa obtida foi de 12% a.a. para controladora e para sua controlada foi de 14,20% a.a.

A movimentação de saldos de obrigações com arrendamentos a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	89.438	184.970
Remensuração (Efeito da atualização anual pelo IPCA)	4.812	10.642
Adição	716	716
Apropriação de juros	10.824	25.962
(-) Pagamento de principal	(2.098)	(5.341)
(-) Pagamento de juros	(9.531)	(23.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>94.161</u>	<u>192.956</u>
Remensuração (Efeito da atualização anual pelo IPCA e aditamento (1))	4.291	97.975
Apropriação de juros	8.295	22.941
(-) Pagamento de principal	(2.448)	(8.011)
(-) Pagamento de juros	(8.295)	(23.132)
Saldo em 30 de setembro de 2024	<u>96.004</u>	<u>282.729</u>
Circulante	12.803	41.542
Não circulante	83.201	241.187

- (1) Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, o contrato de arrendamento da CLI Sul foi aditado em 30 de abril de 2024, alterando os valores de arrendamentos fiscais e variáveis, sem alterações em prazos ou demais condições. Decorrente disso, a Administração remensurou o direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento, resultando em um registro de R\$90.022.

A seguir é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os arrendamentos:

<u>Maturidade dos contratos</u>		
<u>Vencimento das prestações</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2024	3.619	11.910
2025	14.748	47.912
2026	14.643	47.807
2027 até o término do contrato	145.805	452.569
Valor não descontado	<u>178.815</u>	<u>560.198</u>
(-) Juros embutido	<u>(82.811)</u>	<u>(277.469)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2024	<u>96.004</u>	<u>282.729</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024		30/09/2024	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	178.815	96.004	560.198	282.729
PIS/COFINS potencial (9,25%)	16.540	8.880	51.818	26.152

Outras divulgações:

- Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 6,05% a.a. (B3) para Controladora e suas subsidiárias no Brasil.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
<u>Passivo de arrendamento</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	96.004	94.161	282.729	192.956
Fluxo com projeção de inflação	101.812	99.775	299.834	204.188
Variação	5.808	5.614	17.105	11.232
<u>Direito de uso</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	71.835	72.038	248.988	164.521
Fluxo com projeção de inflação	76.181	76.333	264.052	174.075
Variação	4.346	4.295	15.064	9.554
<u>Despesa financeira</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	8.295	10.824	22.941	25.962
Fluxo com projeção de inflação	8.797	11.469	24.329	27.468
Variação	502	645	1.388	1.506
<u>Despesa de depreciação</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	4.494	5.558	13.508	13.074
Fluxo com projeção de inflação	4.766	5.889	14.325	13.832
Variação	272	331	817	758

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Salários e encargos	8.248	7.951	30.161	28.744
Total obrigações trabalhistas	<u>8.248</u>	<u>7.951</u>	<u>30.161</u>	<u>28.744</u>
IRPJ/CSLL	6.043	81	10.311	11.219
ICMS	93	-	2.072	1.953
PIS/COFINS	-	-	1.385	64
ISS	1.131	796	4.587	3.624
Outros impostos a recolher	289	637	1.652	4.954
Total obrigações tributarias	<u>7.556</u>	<u>1.514</u>	<u>20.007</u>	<u>21.814</u>
Total obrigações	<u>15.804</u>	<u>9.465</u>	<u>50.168</u>	<u>50.558</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora			
	01/07/2024	01/01/2024	01/07/2023	01/01/2023
	a	a	a	a
	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>	<u>30/09/2023</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	20.955	9.036	21.917	(92.536)
Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	<u>(7.125)</u>	<u>(3.072)</u>	<u>(7.452)</u>	<u>31.462</u>
Equivalência patrimonial	7.154	10.175	8.961	(5.389)
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	42	124	68	68
Amortização mais valia não dedutível	(2.726)	(8.177)	(2.726)	(8.177)
Juros sobre ações preferenciais	(4.677)	(18.450)	(22.916)	(22.916)
Benefício fiscal – Lucro da Exploração	3.995	9.665	-	-
Crédito de imposto – não constituído	-	-	26.534	8.479
Outras diferenças permanentes, líquidas	<u>(1.809)</u>	<u>53</u>	<u>(94)</u>	<u>(105)</u>
Resultado de imposto de renda e contribuição social	<u>(5.146)</u>	<u>(9.682)</u>	<u>2.375</u>	<u>3.422</u>
IRPJ/CSLL Corrente	<u>(3.941)</u>	<u>(6.846)</u>	<u>1.969</u>	<u>1.969</u>
IRPJ/CSLL Diferido	<u>(1.205)</u>	<u>(2.836)</u>	<u>406</u>	<u>1.453</u>
Total	<u>(5.146)</u>	<u>(9.682)</u>	<u>2.375</u>	<u>3.422</u>

	Controladora			
	01/07/2024	01/01/2024	01/07/2023	01/01/2023
	a	a	a	a
	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>	<u>30/09/2023</u>
	Consolidado			
	01/07/2024	01/01/2024	01/07/2023	01/01/2023
	a	a	a	a
	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>	<u>30/09/2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.296	66.181	72.098	20.651
Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	<u>(16.081)</u>	<u>(22.502)</u>	<u>(24.513)</u>	<u>(7.021)</u>
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	125	459	(318)	68
Amortização mais valia não dedutível	(4.047)	(11.036)	(2.725)	(8.177)
Efeito da atualização de preço da aquisição EPSA	-	(3.011)	-	-
Imposto revertido sobre juros capitalizados	-	(3.139)	-	-
Juros sobre ações preferenciais	(4.677)	(18.450)	(22.916)	(22.916)
Redução do Lucro de Exploração	3.995	9.665	-	-
Crédito de imposto – não constituído	-	-	6.198	(49.620)
Outras diferenças permanentes, líquidas	(2.975)	(3.820)	1.262	1.648
Outros	<u>(2.568)</u>	<u>(2.568)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado de imposto de renda e contribuição social	<u>(26.228)</u>	<u>(54.402)</u>	<u>(43.012)</u>	<u>(86.018)</u>
IRPJ/CSLL Corrente	(19.968)	(54.500)	(22.208)	(71.489)
IRPJ/CSLL Diferido	<u>(6.260)</u>	<u>98</u>	<u>(20.804)</u>	<u>(14.529)</u>
Total	<u>(26.228)</u>	<u>(54.402)</u>	<u>(43.012)</u>	<u>(86.018)</u>

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das intermediárias individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) para o imposto de renda e de 9% (nove por cento) para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
<u>Diferenças temporárias</u>				
Provisão para demandas judiciais	-	-	986	-
Provisão para participação nos resultados	1.174	1.179	3.538	4.609
Provisão para estoques obsoletos e crédito de liquidação duvidosa	-	-	2.465	2.465
Demais provisões (“demurrage”, estadia, riscos e outras)	-	-	4.332	5.855
Passivo de arrendamento	8.217	7.522	17.021	15.580
Amortização mais valia	-	-	35.018	29.491
Remensuração da alocação do preço de compra de investimento	-	-	-	12.344
Juros capitalizados	-	-	6.546	9.600
Prejuízos fiscais e base negativa	-	3.004	35.567	45.614
Outros	753	429	756	738
Tributos diferidos – Ativos	<u>10.144</u>	<u>12.134</u>	<u>106.229</u>	<u>126.296</u>
<u>Diferenças temporárias</u>				
Ágio fiscal amortizado	-	-	-	(22.769)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	-	(1.089)	(1.047)
Outros	(1.068)	(223)	(1.069)	(223)
Tributos diferidos – Passivos	<u>(1.068)</u>	<u>(223)</u>	<u>(2.158)</u>	<u>(24.039)</u>
Ativo fiscal diferido, líquido	9.076	11.911	104.071	102.257

O cronograma esperado para realização do imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa é como segue:

Ano:	Controladora	Consolidado	
	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
2024	3.004	5.095	15.142
2025	-	18.564	18.564
2026	-	11.908	11.908
	<u>3.004</u>	<u>35.567</u>	<u>45.614</u>

A Companhia avalia a realização dos ativos fiscais diferidos ao final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras e registra impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que estão disponíveis lucros tributáveis futuros.

Os lucros tributáveis futuros são derivados dos planos de negócios, devidamente aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, realizados em bases nominais, observando o período máximo de 10 anos (inferior ao período remanescente da concessão), utilizando premissas informações históricas e fontes de mercado, ajustados pela expectativa de realização das diferenças temporárias ativos e passivos, e considerando a estimativa de despesa com imposto de renda nos anos vindouros, às alíquotas vigentes, não considerando qualquer desconto ao valor presente.

Adicionalmente, conforme preconiza o CPC 31 - Tributos sobre o Lucro, oportunidades de planejamento tributário, devem ser considerados ações futuras que a entidade pode tomar a fim de criar ou aumentar o lucro tributável. Diante disso, foi considerado como premissa em 31 de dezembro de 2023, a incorporação da EPSA pela CLI Sul, concluída em abril de 2024, sendo assim, altamente provável a recuperação integral dos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, bem como das diferenças temporárias ativas.

Na análise, a Administração considerou cenários de estresses com reduções relevantes em receitas e aumentos nas taxas de juros, sendo que todos demonstraram que os créditos serão recuperados dentro de um período inferior a 10 anos, motivo pelo qual efetuou o reconhecimento do montante integral de imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias na controlada CLI Sul.

O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Companhia.

A Companhia, a partir de janeiro de 2016, por meio de benefício tributário outorgado pela SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com base na Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, passou a ter o benefício da redução de 75% da base de cálculo do Imposto de Renda das atividades relacionadas a prestação de serviços portuários. Em 2023, a Companhia conseguiu a postergação de referido benefício até 2033.

16. DEBÊNTURES

	Taxa de juros (%)	Controladora		Consolidado	
		30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Debêntures (a)	(a)	443.399	429.342	1.555.982	1.442.627
Custos de transação		(7.528)	(8.326)	(25.147)	(25.693)
Total		435.871	421.016	1.530.835	1.416.934
Circulante		30.737	16.679	153.364	50.477
Não circulante		405.134	404.337	1.377.471	1.366.457

A movimentação das debêntures, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	421.016	419.637	1.416.934	1.223.882
Captação	-	-	-	196.000
Custos a apropriar	-	-	-	(8.174)
Custos de capitalização	797	1.063	2.489	2.561
Juros Incorridos	44.470	68.086	147.986	201.617
(-) Pagamento de principal	-	(4.200)	-	(12.200)
(-) Pagamento de juros	(30.412)	(63.570)	(36.574)	(186.752)
Saldo Final	<u>435.871</u>	<u>421.016</u>	<u>1.530.835</u>	<u>1.416.934</u>

Os vencimentos das debêntures registradas no passivo não circulante em 30 de setembro de 2024 são como segue:

Ano	Controladora 30/09/2024	Consolidado 30/09/2024
2025	20.734	60.170
2026	26.237	71.982
2027	43.037	144.782
2028 a 2031	315.126	1.100.537
Saldo Final	<u>405.134</u>	<u>1.377.471</u>

(a) Emissão debêntures

- (i) A primeira emissão de debêntures da CLI foi realizada em março de 2021 sendo integralmente liquidada em 14 de novembro de 2022 com os recursos oriundos da 2ª emissão de debêntures, conforme item (ii) abaixo, juntamente com recursos gerados pela operação.
- (ii) Em outubro de 2022, a Companhia realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$420.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Companhia, pagamento de dívidas bancárias e integralização de aumento de capital para pagamento de parte do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital social da Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, constituída por 420 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000. As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031. A remuneração de CDI+3,5% a.a. será paga semestralmente, sempre em abril e outubro de cada ano, sendo primeiro pagamento realizado em 10 de abril de 2023.

As obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos relacionados as debêntures foram, inicialmente, garantidas pelas ações da investida indireta EPSA, controlada pela CLI Sul (investida direta), equivalentes a 26,66%, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia oriundos de contrato de prestação de serviços.

Em 30 de abril de 2024, foi concluído o processo de reorganização societária da CLI Sul, resultando na incorporação da EPSA pela CLI Sul e a consequente extinção da EPSA (vide nota explicativa nº 1). Assim, para garantir todas as obrigações fiduciárias, a garantia fiduciária passou a recair sobre as ações de titularidade da Companhia detidas no capital social da CLI Sul. Não houve alteração quanto a cessão fiduciária de direitos creditórios.

- (iii) Em outubro de 2022, a controlada direta, CLI Sul S.A., realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de Elevações Portuárias S.A. debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031. A de CDI+3,2% a.a. será paga anualmente, sempre em outubro de cada ano sendo o primeiro pagamento em outubro de 2023.

As obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos, foram inicialmente garantidas pelas ações da EPSA, controlada direta da CLI Sul, equivalentes a 52% do capital social, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da EPSA oriundos de contrato de prestação de serviços.

Em 30 de abril de 2024, foi concluído o processo de reorganização societária da Companhia, resultando na incorporação da EPSA pela CLI Sul e a consequente extinção da EPSA, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Assim, para garantir todas as obrigações fiduciárias, a garantia fiduciária passou a recair sobre as ações de titularidade da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“CLI Norte”) detidas no capital social da CLI Sul. Não houve alteração quanto a cessão fiduciária de direitos creditórios.

- (iv) Em 27 de outubro de 2023, a EPSA emitiu debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, que perfizeram o montante de R\$196.000. Os créditos imobiliários provenientes das debêntures, integram o lastro dos certificados e recebíveis imobiliários (“CRI”), os quais foram ofertados por meio de distribuição pública. As debêntures serão amortizadas em três parcelas iguais anuais partir de 2031 e pagamento de juros semestrais de IPCA+6,608% a.a. A garantia fidejussória foi outorgada pelas fiadoras CLI Norte e CLI Sul.

Com a incorporação, a CLI Sul passou a ser integralmente responsável por toda e qualquer obrigação, dever e direito da EPSA decorrentes da emissão. Na mesma oportunidade, excluiu-se a CLI Sul como fiadora da emissão.

(b) Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

Os “covenants” associados a emissão das debêntures da Companhia e sua controlada CLI Sul, estabelecem a manutenção de determinados indicadores financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, bem como indicadores não financeiros conforme cada contrato, conforme abaixo:

- (i) Segunda emissão de Debentures da Companhia tem a obrigação de manutenção da dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50, com base em suas demonstrações financeiras individuais anuais.

(ii) As debêntures da CLI Sul S.A tem as seguintes obrigações, apurada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CLI Sul.

- medição anual da Dívida Líquida/EBITDA devendo ser menor ou igual a 3,50.
- medição semestral do Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) consolidado, devendo ser menor de 1,20.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores (“covenants” financeiros) sejam mensurados anualmente foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023, bem como o semestral foi adequadamente atendido em 30 de junho de 2024.

Além dos “covenants” financeiros, os contratos de empréstimo contêm cláusulas de “covenants” não financeiros, usuais do mercado, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos “covenants” financeiros.

Não foi identificado nenhum descumprimento de “covenants” financeiro ou não financeiro que ensejasse vencimento antecipado dos contratos de empréstimo da Companhia.

17. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Provisão para demanda judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Tributárias	-	-	2.500	2.391
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	26.277	30.328
Trabalhistas	696	-	24.046	28.198
	<u>696</u>	<u>-</u>	<u>52.823</u>	<u>60.917</u>

Composição dos depósitos judiciais, é conforme segue:

	Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023
Tributárias	535	483
Cíveis, regulatórias e ambientais	2.842	2.476
Trabalhistas	169	931
	<u>3.546</u>	<u>3.890</u>

A movimentação em 30 de setembro de 2024 referente a provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios e ambientais, classificados como perda provável, é apresentada abaixo:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis e outros	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Adição de provisão	-	-	696	696
Saldo em 30 de setembro de 2024	-	-	696	696

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis e outros	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.965	34.280	33.151	69.396
Adição de provisão	426	1.259	1.322	3.007
Reversão de provisão	-	(5.189)	(3.462)	(8.651)
Pagamento	-	(22)	(2.813)	(2.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.391	30.328	28.198	60.917
Adição de provisão	2	25	1.374	1.401
Reversão de provisão/pagamentos	-	(5.666)	(6.442)	(12.108)
Atualização monetária	107	1.590	916	2.613
Saldo em 30 de setembro de 2024	2.500	26.277	24.046	52.823

Perdas possíveis

A Companhia e sua controlada possuem contingências de classe tributária, trabalhistas, cíveis, regulatórias ou ambientais, cuja expectativa de perda são classificadas como possíveis no montante de R\$97.880 (R\$89.998 em 31 de dezembro de 2023).

As contingências possíveis na Controladora, em 30 de setembro de 2024 totalizam o montante de R\$5.434 (R\$5.244 em 31 de dezembro de 2023).

Composição das perdas possíveis, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Tributárias (i)	2.000	2.000	25.143	6.536
Cíveis, regulatórias e ambientais	521	553	59.402	64.437
Trabalhistas	2.913	2.691	13.335	19.025
Total	5.434	5.244	97.880	89.998

- (i) Mandado de Segurança com o objetivo de excluir o valor do ISS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS nas apurações. A Companhia aguarda remessa dos autos ao TRF3.

Em 30 de setembro, do total apresentado no consolidado como possíveis, o montante de R\$38.049 já foi registrado em 14 de novembro de 2022 em decorrência da combinação de negócios na aquisição da EPSA pela controladora CLI Sul.

18. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS E CONVERSÍVEIS

As ações preferenciais resgatáveis e conversíveis em 30 de setembro de 2024 é de R\$507.374 (em 31 de dezembro de 2023 R\$505.782) de principal reconhecido no passivo não circulante. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, incorreu-se em juros de R\$54.550 reconhecido no passivo na controladora e consolidado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, incorreu-se em juros de R\$83.876, sendo pago o montante de R\$82.000, restando saldo em aberto a pagar de R\$1.876 na controladora e consolidado.

Estas ações preferenciais emitidas têm as seguintes características:

- Prioridade no recebimento de Dividendos: As Ações Preferenciais garantirão aos seus titulares a prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos anuais, calculados com base na variação positiva do índice de Preços ao Consumidor — Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou índice de inflação que o substituir ("IPCA"), acrescido de um spread de 10%(dez por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal das Ações Preferenciais, sem direito a participar das distribuições do lucro remanescente da Companhia ("Dividendos Prioritários").
- Prioridade no reembolso de capital: as Ações Preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, seja decorrente de amortização das ações ou da liquidação da Companhia, sobre as Ações Ordinárias e quaisquer outras ações ou títulos com direito a voto emitidos pela Companhia.
- Direito a Voto: As Ações Preferenciais terão direito a voto restrito.
- Resgate: As Ações Preferenciais poderão ser resgatadas, a critério exclusivo da Companhia, após 14 de novembro de 2031, por um preço por ação igual ao valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos.
- Conversão em Ações Ordinárias: As ações preferenciais serão conversíveis em Ações Ordinárias após 14 de novembro de 2032, a critério dos titulares das Ações Preferenciais, observada a relação de troca obtida pela divisão (i) do valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos (calculados na forma da alínea anterior); (ii) pelo valor justo de mercado por Ação Ordinária da Companhia (que, para fins de tal cálculo, será atribuído exclusivamente às Ações Ordinárias).
- Exclusão de Direito de Preferência: As Ações Preferenciais não terão direito de preferência para participar de aumentos de capital da Companhia decorrentes da capitalização de lucros ou reservas.
- As ações preferenciais resgatáveis não constituem dívida para fins de cálculo de "covenants" financeiros.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital Social subscrito

Em 17 de novembro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado os seguintes atos:

- i. Criação de ações preferencias classe B, sem valor nominal, sem direito a voto, resgatáveis e com prioridade no reembolso de capital.
- ii. Conversão de 82.696.608 ações ordinárias em 82.696.608 ações preferencias classe B, à razão de 1 ação ordinária para cada 1 ação preferencial classe B, que foram atribuídas aos acionistas da seguinte forma:
 - a) 28.406.285 ações preferencias classe B ao acionista PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II Multiestratégia Investimentos no Exterior.
 - b) 12.942.019 ações preferencias classe B ao acionista SOPP INFRA I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
 - c) 41.348.304 ações preferencias classe B ao acionista Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
- iii. Em seguida e na mesma data, foi aprovado o resgate e conseqüente cancelamento de todas as ações classe B mencionadas no item acima, retirando-as definitivamente de circulação, mediante a utilização de montante alocado à conta de Reserva de Capital da Companhia para pagamento aos acionistas no montante de R\$380.000.

Esse montante foi integralmente liquidado em 26 de dezembro de 2023.

Após as movimentações mencionada acima, demonstramos abaixo a posição acionária em 30 de setembro de 2024 em 31 de dezembro de 2023.

	30/09/2024				31/12/2023			
	Quantidade de ações e respectivo percentual (em unidades)							
	ON	%	PN	%	ON	%	PN	%
PE SOPP Fundo de Investimentos em Participações II Multiestratégia no Exterior	56.655.179	34%	-	0%	56.655.179	34%	-	0%
SOPP INFRA I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	25.822.526	16%	-	0%	25.822.526	16%	-	0%
Fundo de Investimento Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	82.477.705	50%	11.239.603	100%	82.477.705	50%	11.239.603	100%
	<u>164.955.410</u>	<u>100%</u>	<u>11.239.603</u>	<u>100%</u>	<u>164.955.410</u>	<u>100%</u>	<u>11.239.603</u>	<u>100%</u>

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está dividido em (a) 164.955.410 ações ordinárias sem valor nominal ('ON') e; (b) 11.239.603 ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$45,00 cada.

19.2. Reserva de Lucros

19.2.1. Reserva de retenção de lucros

Os lucros remanescentes após as destinações estatutárias (reserva legal, reserva de incentivos fiscais e dividendos) são apresentados nesta reserva, tais valores terão sua destinação deliberada em Assembleia Geral.

19.2.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

19.2.3. Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais em conformidade a Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, e deve ser reconstituída no primeiro lucro subsequente ou aumento de capital.

19.3. Pagamento de dividendos e redução de participação de minoritários por redução de capital em controladas

O Conselho de Administração da extinta controlada indireta Elevações Portuárias S.A., em 20 de outubro de 2023, aprovou a distribuição de dividendos intercalares de R\$94.800 aos seus acionistas, tendo sido pago o montante de R\$18.959 a participação de não controladores.

Em Assembleia Geral Extraordinária da extinta Elevações Portuárias S.A. realizada 26 de outubro de 2023, foi deliberado a redução de capital social mediante a restituição de capital às suas acionistas no montante de R\$495.200, tendo sido restituído a minoritários o montante de R\$99.039 em 26 de dezembro de 2023.

O Conselho de Administração da extinta controlada indireta, Elevações Portuárias S.A., em 21 de fevereiro de 2024, recomendou a distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício de 2023 no montante de R\$27.500, tendo sido atribuído a minoritários o montante de R\$5.500. O montante integral foi pago em março de 2024, nas mesmas proporções supracitado.

19.4. Transação de capital

Conforme interpretação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 09 (R2) (ICPC), negociações subsequentes entre acionistas, em perda de controle pela controladora, devem ser registradas como transações entre acionistas no patrimônio líquido da Companhia.

Decorrente da troca de ações mencionada na nota explicativa nº 1, sobre a versão do acervo líquido da EPSA para a CLI Sul, onde a participação da Companhia na CLI Sul passou de 100% para 80%, a Companhia registrou um montante de R\$146.275 como transações entre acionistas no patrimônio líquido.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no período.

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	15.809	(646)	24.292	(89.114)
Média ponderada de ações para fins de cálculo de lucro básico por ação (milhares)	164.955	164.955	247.652	247.652
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas – Ações preferenciais resgatáveis (milhares)	11.240	11.240	11.239	11.239
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas – Plano de opções de ações (milhares)	3.219	3.219	2.972	2.972
Resultado básico por ação – R\$	0,10	(0,00)	0,10	(0,36)
Resultado diluído por ação – R\$	0,09	(0,00)	0,10	(0,36)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações tais como planos de opção de ações como os divulgados na nota explicativa nº 6 e nº 19). As ações ordinárias potenciais devem ser tratadas como diluidoras somente quando a sua conversão em ações ordinárias possa diminuir o lucro por ação ou aumentar o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas. Em 30 de setembro de 2024, dado que a diluição resultaria numa redução do prejuízo do período, as ações ordinárias potenciais dilutivas não foram consideradas da terminação do resultado diluído por ação.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Classificação por Categoria	Nível	Consolidado	
			30/09/2024	
			Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	494.588	494.588
Contas a receber	Custo amortizado	-	31.489	31.489
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	20.735	20.735
Outros créditos	Custo amortizado	-	6.197	6.197
Total			<u>553.009</u>	<u>553.009</u>
Passivos				
Debêntures	Custo amortizado	-	1530.835	1.633.867
Fornecedores	Custo amortizado	-	18.229	18.229
Arrendamento	Custo amortizado	-	282.729	282.729
Partes relacionadas	Valor justo contra o resultado	Nível 2	57.660	57.660
Ações preferenciais	Custo amortizado	Nível 2	561.924	561.924
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	25.674	25.674
			<u>2.477.051</u>	<u>2.580.083</u>

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Para os títulos que os juros são pós-fixados (debêntures e caixa e equivalentes de caixa), o valor justo aproximam-se do custo amortizado. A Companhia não possui títulos com juros pré-fixados.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Abaixo é apresentado a natureza e extensão dos riscos:

21.1. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

21.2. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

21.3. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como o passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M. Estimou-se valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os cenários II e III para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

				Controladora		
				30/09/2024		
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
<u>Ativos financeiros</u>						
Aplicações financeiras	CDI	12,17%	155.760	18.956	23.695	28.434
Subtotal			155.760	18.956	23.695	28.434
<u>Passivos financeiros</u>						
Passivo com arrendamentos	IPCA	4,42%	96.004	4.248	5.310	6.372
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	12,17%	435.871	53.046	66.308	79.569
Subtotal			531.875	57.294	71.618	85.941
Total, líquido			(376.115)	(38.338)	(47.923)	(57.507)

				Consolidado		
				30/09/2024		
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
<u>Ativos financeiros</u>						
Aplicações financeiras	CDI	12,17%	446.411	54.328	67.910	81.492
Subtotal			446.411	54.328	67.910	81.492
<u>Passivos financeiros</u>						
Passivo com arrendamentos	IPCA	4,42%	282.729	12.510	15.638	18.765
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	4,42%	201.295	8.906	11.133	13.359
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	12,17%	1.329.540	161.805	202.256	242.708
Subtotal			1.813.564	183.221	229.027	274.832
Total, líquido			(1367.153)	(128.893)	(161.117)	(193.340)

b) Risco de Liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Controladora						
	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a Incorrer	Valor Contábil em 30/09/2024
<u>Passivos financeiros:</u>						
Fornecedores	2.981	-	-	2.981	-	2.981
Debêntures	59.375	154.724	505.350	719.449	283.578	435.871
Passivos com arrendamentos	3.619	14.748	160.448	178.815	82.811	96.004
Ações preferenciais resgatáveis	79.828	71.776	917.881	1.069.485	507.561	561.924
Partes relacionadas	175	2.890	-	3.065	-	3.065
Outras contas a pagar	10.279	2.466	-	12.745	-	12.745
	156.257	246.604	1583.679	1.986.540	873.950	1.112.590

	Consolidado					Valor Contábil em 30/09/2024
	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a Incorrer	
Passivos financeiros:						
Fornecedores	18.229	-	-	18.229	-	18.229
Debêntures	179.175	305.980	1.678.120	2.163.275	632.440	1.530.835
Partes relacionadas	54.770	2.890	-	57.660	-	57.660
Passivo com Arrendamentos	11.910	47.912	500.376	560.198	277.469	282.729
Ações preferenciais resgatáveis	79.828	71.776	917.881	1.069.485	507.561	561.924
Outras contas a pagar	23.208	2.466	-	25.674	-	25.674
	<u>367.120</u>	<u>431.024</u>	<u>3.096.377</u>	<u>3.894.521</u>	<u>1.417.470</u>	<u>2.477.051</u>

c) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de setembro de 2024, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de conversão. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Ativo				
Caixas e equivalentes de caixa	16.978	9.716	39.803	15.500
Cientes estrangeiros	6.045	4.492	20.539	37.582
Total	<u>23.023</u>	<u>14.208</u>	<u>60.342</u>	<u>53.082</u>

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do período findo em 30 de setembro de 2024 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora			
	Exposição US\$ mil	Cenário provável	Cenário I Depreciação - 25%	Cenário I Depreciação - 50%
Ativos em dólar	5,4478	5,5060	4,0859	2,7239
Caixas e equivalentes de caixa	3.116	179	(4.246)	(8.490)
Cientes estrangeiros	1.110	67	(1.510)	(3.021)
	<u>4.226</u>	<u>246</u>	<u>(5.756)</u>	<u>(11.511)</u>
	Consolidado			
	Exposição US\$ mil	Cenário provável	Cenário I Depreciação - 25%	Cenário I Depreciação - 50%
Ativos em dólar	5,4478	5,5060	4,0859	2,7239
Caixas e equivalentes de caixa	5.574	323	(7.592)	(15.184)
Cientes estrangeiros	3.624	209	(4.938)	(9.874)
Fornecedores estrangeiros	(65)	(3)	89	178
	<u>9.133</u>	<u>529</u>	<u>(12.441)</u>	<u>(24.880)</u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 30 de setembro de 2024 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio (R\$5,5060 / US\$1,00).

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano de 25% (R\$4,0859/US\$1,00) e de 50% (R\$2,7239/US\$1,00), respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (CPC 40).

22. RECEITA OPERACIONAL

A Companhia reconhece, conforme segue:

	Controladora			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Mercado Interno	15.805	61.303	24.842	62.070
Mercado Externo	49.713	112.598	35.694	95.467
Total de receita bruta	65.518	173.901	60.536	157.537
Impostos sobre serviços prestados e vendas	(3.476)	(9.103)	(3.690)	(9.134)
Total de receita líquida	62.042	164.798	56.846	148.403
	Consolidado			
	01/05/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/05/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Mercado Interno	75.077	322.624	125.641	317.541
Mercado Externo	209.859	446.072	143.235	375.993
Total de receita bruta	284.936	768.696	268.876	693.534
Impostos sobre serviços prestados e vendas	(23.330)	(62.425)	(19.885)	(49.480)
Total de receita líquida	261.606	706.271	248.991	644.054

23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

Composição das informações sobre as despesas e custos por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023 (reapresentado)	01/01/2023 a 30/09/2023 (reapresentado)
Matérias-primas e produtos	(1.467)	(2.806)	(961)	(2.585)
Despesa com pessoal	(5.652)	(15.400)	(4.658)	(13.263)
Serviços de terceiros	(2.758)	(8.793)	(5.454)	(30.381)
Despesas com elevação	(9.830)	(18.348)	(6.131)	(16.200)
Provisão (reversão) para riscos e depósitos judiciais	(696)	(696)	-	-
Depreciação e amortização	(11.805)	(37.359)	(12.573)	(37.643)
Outras despesas	(1.560)	(4.773)	(937)	(3.996)
Total	(33.768)	(88.175)	(30.714)	(104.068)
Custos dos serviços prestados	(25.464)	(67.977)	(22.829)	(64.856)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(7.411)	(19.554)	(7.858)	(38.246)
Outras receitas (despesas) operacionais	(893)	(644)	(27)	(966)
Total	(33.768)	(88.175)	(30.714)	(104.068)

	Consolidado			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023 (reapresentado)	01/01/2023 a 30/09/2023 (reapresentado)
Matérias-primas e produtos	(9.045)	(23.666)	(7.520)	(21.246)
Despesa com pessoal	(36.308)	(105.957)	(34.032)	(94.786)
Serviços de terceiros	(14.231)	(40.685)	(15.110)	(54.059)
Despesas com elevação	(30.610)	(71.009)	(18.889)	(48.958)
Gastos com rateio corporativo	(447)	(1.870)	-	(2.186)
Gastos com manutenção periódica	(4.569)	(24.895)	(5.096)	(18.150)
Provisão (reversão) para riscos e depósitos judiciais	(696)	(696)	-	-
Depreciação e amortização	(52.012)	(159.715)	(54.689)	(159.299)
Efeitos de atualização de saldo a pagar em combinação de negócios	-	(8.855)	(6.220)	(22.124)
Outras receitas (despesas)	(3.330)	(7.093)	10.320	(9.441)
Total	(151.248)	(444.441)	(131.236)	(430.249)
Custos dos serviços prestados	(107.380)	(292.111)	(96.876)	(273.454)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(18.359)	(67.111)	(5.607)	(47.539)
Outras receitas (despesas) operacionais	(25.509)	(85.219)	(28.753)	(109.256)
Total	(151.248)	(444.441)	(131.236)	(430.249)

As informações referentes ao período findo de 30 de setembro de 2023, foram reapresentadas em decorrência da realocação de valores entre as rubricas contábeis. Visou proporcionar uma melhor compreensão das operações e resultados da Companhia, permitindo que os leitores das informações financeiras possam analisar com clareza e comparabilidade. As alterações realizadas não impactaram o resultado ou patrimônio líquido, mas sim a forma como os dados foram apresentados.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Receitas Financeiras				
Receita sobre aplicação financeira	3.379	7.442	6.035	13.510
Outras receitas financeiras	197	711	-	-
Total das Receitas Financeiras	3.576	8.153	6.035	13.510
Juros sobre debêntures obtidas	(15.509)	(45.267)	(17.433)	(52.607)
Juros apropriados de passivo de arrendamento	(2.755)	(8.295)	(2.688)	(8.107)
Encargos financeiros sobre ações preferenciais	(13.757)	(54.265)	(16.106)	(67.399)
Outras despesas financeiras	(119)	(595)	(1.133)	(6.019)
Total das Despesas Financeiras	(32.140)	(108.422)	(37.360)	(134.132)
Variação Cambial Líquida	205	2.756	752	(400)
Total Resultado Financeiro	(28.359)	(97.513)	(30.573)	(121.022)

	Consolidado			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
<u>Receitas Financeiras</u>				
Receita sobre aplicação financeira	8.736	24.738	22.485	57.080
Outras receitas financeiras	680	2.252	4.507	4.507
Total das Receitas Financeiras	9.416	26.990	26.992	61.587
Juros sobre debêntures obtidos	(51.629)	(150.475)	(52.491)	(155.055)
Juros apropriados de passivo de arrendamento	(11.269)	(22.941)	(6.307)	(18.979)
Juros sobre tributos	286	(502)	3.691	(1.283)
Encargos financeiros sobre ações preferenciais	(13.757)	(54.265)	(16.106)	(67.399)
Outras despesas financeiras	1.510	(1.140)	(3.297)	(10.509)
Total das Despesas Financeiras	(74.859)	(229.323)	(74.510)	(253.225)
Varição Cambial Líquida	2.381	6.684	1.861	(1.516)
Total Resultado Financeiro	(63.062)	(195.649)	(45.657)	(193.154)

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para movimentação e elevação portuária, bem como operação gestão logística e de armazenamento de grãos, que são divididas em duas concessões público-privadas distintas, o Terminal de Grãos do Maranhão ("Consortio Tegram-Itaqui - TEGRAM") e a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos (EPSA).

As operações da Companhia estão separadas geograficamente, sendo seus resultados avaliados pela Diretoria Executiva da Companhia de forma distinta.

Com este cenário, a Companhia concluiu que as informações preparadas e analisadas individualmente pela Diretoria da Companhia, principal tomador de decisões operacionais de cada concessão - responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho das mesmas - considera a seguintes informações financeiras de seus dois segmentos operacionais:

- Operação Norte.
- Operação Sul.

O principal tomador de decisões de cada operação da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

A principal métrica de desempenho avaliado pela Companhia para gestão dos segmentos operacionais é o EBITDA. O EBITDA é definido como o lucro/(prejuízo) mais depreciação, amortização, resultado financeiro (líquido), variação cambial (líquida) impostos sobre o Lucro.

Nas tabelas a seguir há demonstração financeira sumarizada relacionada aos segmentos das operações da Companhia para 30 de setembro de 2024 e em 30 de setembro de 2023:

30/09/2024							
Reconciliação ao lucro líquido do período							
	Receita Líquida (*)	Custo dos serviços prestados (*)	EBITDA (*)	Depreciação/amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Prejuízo
Operação Norte	164.798	(67.977)	143.908	(37.359)	(97.513)	(9.682)	(646)
Operação Sul (i)	541.473	(224.134)	307.563	(122.356)	(98.136)	(44.720)	42.351
Eliminação equivalência	-	-	(29.926)	-	-	-	(29.926)
Consolidado	706.271	(292.111)	421.544	(159.715)	(195.649)	(54.402)	11.779

30/09/2023							
Reconciliação ao prejuízo líquido do período							
	Receita Líquida (*)	Custo dos serviços prestados (*)	EBITDA (*)	Depreciação/amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Prejuízo
Operação Norte	148.403	(64.856)	66.129	(37.643)	(121.022)	3.422	(89.114)
Operação Sul (i)	495.651	(208.598)	290.612	(121.142)	(72.132)	(89.440)	7.898
Eliminação equivalência	-	-	15.849	-	-	-	-
Consolidado	644.054	(273.454)	372.590	(158.785)	(193.154)	(86.018)	(65.367)

(*) Informações revisadas pela Diretoria Executiva.

26. ITENS QUE NÃO AFETAM CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2024	01/01/2023	01/01/2024	01/01/2023
	a	a	a	a
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Outras transações que não envolveram caixa				
Reconhecimento de dividendos não recebidos	-	3.219	-	-
Transferências de imobilizado para intangível	-	-	5.703	-
Remensuração do direito de uso e passivo de arrendamento	4.291	4.812	97.975	10.642

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento principal e juros das debêntures

Em 10 de outubro de 2024, a Companhia e sua controlada direta CLI Sul, realizaram a amortização das parcelas anuais referentes à emissão das debêntures. O total amortizado foi de R\$157.328, englobando principal e juros. Deste montante, a Companhia amortizou R\$4.200, enquanto a CLI Sul amortizou R\$8.000 e foram pagos juros de R\$29.513 pela Companhia e R\$115.615 pela CLI Sul.

Redução de capital da Companhia e controlada direta (CLI Sul)

Em 25 de outubro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Companhia e da CLI Sul, deliberaram sobre as operações (a) o resgate de ações preferenciais classe B, mediante a utilização de montante alocado à conta de reserva de capital da Companhia, no valor de R\$93.031 e (b) a redução do capital social da Companhia e controlada direta, nos montantes de R\$49.000 e R\$193.000, em atendimento ao disposto no artigo 173 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/76). As deliberações foram fundamentadas na avaliação dos acionistas, que consideraram o capital social das referidas Companhias como “excessivo”, considerando os critérios econômicos e comerciais.

Os registros societários referentes às reduções de capital da Companhia e a controlada, poderão ser publicadas em jornal no mesmo dia, a fim de que os prazos de 60 dias para a oposição de credores a cada redução de capital ocorram simultaneamente.

Após o término do prazo de 60 dias, contados a partir da data de publicação, sem que tenha havido oposição de credores em tal período, os acionistas terão a opção por efetivar a redução do capital na forma acordada originalmente ou em montante inferior aprovada na AGE publicada, desde que os acionistas aprovelem tal diminuição do valor a ser reduzido do capital em AGE de Rerratificação.

28. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 13 de novembro de 2024.
